

GALJART, Benno. — *Itaguatí — old habits and new practices in a Brazilian land settlement.* Centre for Agricultural Publishing and Documentation — Wageningen, 1968 — 170 pp.

Os trabalhos sobre a difusão de novas técnicas na agricultura são no Brasil inspiradas em pesquisas norte-americanas e limitam-se, em grande maioria, a estabelecer diferenças significativas na escolaridade, bens, renda, contatos profissionais entre agricultores inovadores e agricultores tradicionais. Benno Galjart traz uma contribuição original ao estudo do desenvolvimento agrícola na medida em que aborda o problema do ponto de vista cultural, analisando de maneira profunda quais os valores e atitudes ligadas à resistência e à adoção de novas técnicas.

O A., sociólogo holandês, permaneceu no Brasil durante dois anos estudando problemas do meio rural. O presente trabalho — sua tese de doutoramento — é o fruto de longa pesquisa entre pequenos produtores ligados a uma colônia agrícola, situada entre os Estados do Rio e da Guanabara, a 70 km da cidade do Rio de Janeiro.

O tema de estudos de inicio, conservou-se o mesmo de autores norte-americanos e holandeses, isto é, a difusão de inovações. A hipótese de trabalho foi de que na falta de crédito agrícola, as tendências de adoção de novas técnicas estariam associadas (numa correlação positiva) a variáveis como *status econômico*, escolaridade, renda, bens, significando o conjunto destas uma mentalidade aberta para a maior racionalidade nas práticas agrícolas.

A coleta de dados foi efetuada em duas fases distintas: a primeira, em 1963, baseada em amostra representativa da população da colônia agrícola (1/6 do total de pequenos produtores divididos quanto à origem em japonêses e brasileiros), por meio de questionários que visavam obter essencialmente dados quantitativos; a segunda, consistiu em entrevistas livres e observações diretas e prolongou-se por cerca de ano e meio, terminando a coleta em 1965.

A parte estatística, obtida da maneira acima citada, serviu para caracterizar a agricultura, a utilização das técnicas, as formas de comercialização, os contatos profissionais, o *status econômico* e as diferenças significativas entre sitiantes inovadores e não inovadores. Contrariamente aos modelos norte-americanos, as diferenças entre sitiantes inovadores e não inovadores não apresentaram um quadro coerente. A adoção de novas práticas é feita de maneira seletiva, ligadas a certos produtos apenas ou então ligadas à comercialização, geralmente em atividades não ligadas à produção propriamente dita. Por ex.: a grande maioria dos adotantes (com exceção dos japonêses) prefere a aquisição de um caminhão à aquisição de um trator. Foi verificado também que não existem diferenças significativas quanto à escolaridade, à renda, aos bens e relações profissionais entre adotantes e não adotantes. Dentre os adotantes, apenas um pequeno grupo (situados entre aqueles que têm maior nível técnico) parece associar à adoção de novas práticas uma atitude de maior racionalidade e valorização da agricultura.

Num capítulo especial, o A. descreve as diferenças significativas entre agricultores japonêses e brasileiros, tanto nos índices de adoção como na maneira de dirigir a empresa: os primeiros preferem culturas perecíveis e têm grande atividade associativa; os segundos, mesmo entre aqueles que têm altos índices de adoção de inovações, preferem culturas anuais e desenvolvem pequena atividade associativa.

Verificadas estas diferenças, passa o A. a descrever na parte qualitativa e propriamente exploratória do trabalho: os valores e atitudes rurais tradicionais na sociedade brasileira. Baseado na literatura existente, descreve estes valores para a sociedade rural em geral e depois, de maneira específica para a área de colonização que estudou. Dois capítulos ocupam esta parte. No capítulo 6 analisa os valores culturais que denomina "patronic syndrome" (síndrome patronal), termo

inspirado em um artigo de Hutchinson que descreve as relações de clientela no meio rural brasileiro; no capítulo 7 analisa o que denomina a "grande tradição" da agricultura brasileira.

O "síndrome patronal" é o elemento de análise em função do qual o A. verifica as atitudes e os valores da população rural brasileira.

Este "síndrome patronal" é caracterizado da seguinte maneira: a crença de que o esforço pessoal é ineficaz se não for assistido por um poder superior; a pré-disposição para estabelecer relações de dependência (patronage) com pessoas com as quais não existe ligação de parentesco ou amizade; a falta de solidariedade entre pessoas não ligadas por parentesco, amizade ou dependência (patronage). Depois de mostrar as funções deste "epatronic syndrome" no processo histórico da sociedade rural brasileira, o A. mostra como na colônia estudada este padrão cultural interfere, tornando qualquer plano de inovação objeto de negociações e favores entre o pequeno produtor e os membros da administração local, estadual e federal. A falta de continuidade dos planos, as verbas pequenas sempre negociadas e obtidas por meio de prestígio e favores, a distorção dos planos em função de um objetivo político, a constante mudança na administração e consequentemente nos grupos de favorecidos, mostram claramente que predominam na colônia agrícola as relações de clientela ("patronic syndrome") na distribuição de terras, na assistência técnica, na organização de cooperativas. Verifica o A. que, apesar dos pequenos produtores estudados estarem em situação diversa da grande maioria de pequenos produtores nacionais, — são membros de uma colônia agrícola, — orientam-se segundo valores tradicionais vigentes no meio rural, causando esta orientação uma disfuncionalidade da colônia em relação a seus objetivos.

No capítulo seguinte, o A. descreve o que denomina "a grande tradição" do meio rural brasileiro que pode ser identificada nos seguintes padrões: investimento em terras como forma de aumentar a produção; pequena valorização do trabalho manual; individualismo e tendência a investir mais na organização de vendas e nos transportes do que na agricultura. Estes valores culturais da "grande tradição" agrária nacional existem na colônia agrícola: a tendência à concentração de terras, o emprego de mão-de-obra mesmo quando não é estritamente necessário, a tendência dos pequenos produtores escoarem individualmente sua própria produção e transformarem-se em intermediários, usufruindo de lucros maiores do transporte e comercialização do que da produção. Conclui o A. que a organização da colônia agrícola em nada influiu na modernização da agricultura. Os produtores mais inovadores compraram terras de outros colonos, eram em grande parte de origem urbana e se instalaram com um mínimo de capital. Distinguem-se dos outros porque procuram investir na produção, intensificando a atividade agrícola, empregam mão-de-obra familiar (muito embora não valorizem a escolaridade dos filhos), tendem a adquirir mais terras para se transformarem em fazendeiros. Termina a análise da influência da "grande tradição" agrária brasileira na colônia agrícola de Santa Cruz, mostrando que se a colonização tivesse sido bem sucedida, em 20 anos ela teria sido substituída por um sistema de fazendas com trabalhadores assalariados (os colonos mais pobres). A organização da colônia só beneficiou aqueles que contavam com algum capital, sendo impossível aos donos dos lotes, sem recursos, adotar inovações por falta de conhecimento e por descontinuidade da assistência técnica oferecida pela administração.

A partir da apresentação de dados, que são bastante conclusivos e delineiam bem os problemas na parte qualitativa, o A. se permite lançar algumas sugestões de pesquisa e recomendações para os planos de colonização nos quais os problemas sejam encarados "dentro da mesma perspectiva que orientou o projeto estudado" da Colônia Santa Cruz (ou seja a visão da reforma agrária brasileira como era preconizada na época da pesquisa). Por exemplo, a institucionalização do síndrome patronal por meio de uma agência administrativa que funcionaria como super-patrão,

num sistema de fazenda que daria segurança à mão-de-obra ao mesmo tempo que promoveria o aprendizado de novas técnicas aos trabalhadores. Isto feito, depois de um certo número de anos, aos mais aptos far-se-ia a liberação progressiva de terras, em sítios destinados a determinados produtos. Os donos dos lotes organizar-se-iam em cooperativas, cujo sucesso seria garantido pela continuidade de assistência técnica e administrativa e pela neutralidade política.

Trabalho rico em sugestões, tanto do ponto de vista teórico, em que sugere uma análise quantitativa do síndrome patronal, em diferentes situações do meio rural, como do ponto de vista da ciéncia aplicada, quando apresenta pela primeira vez na literatura brasileira especializada, quais os valores e atitudes da cultura que levam uma área de colonização planejada e burocratizada à disfuncionalidade e ao insucesso. Trabalho a ser continuado e que deve servir de inspiração a pesquisadores que se interessam pelo problema. — LIA FREITAS GARCIA FUKUI.

## NOTICIAS BIBLIOGRAFICAS

**AYROSA, Plínio** — *Estudos tupinológicos*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1967. 112 pp.

Para a formação deste volume (publicação n.º 4, do Instituto de Estudos Brasileiros), o Professor Carlos Drumond selecionou algumas das muitas páginas deixadas por Plínio Ayrosa, fundador e primeiro professor da Cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Na *Revista do Arquivo Municipal*, em *O Estado de São Paulo* e em publicações especiais da própria Cadeira, muito escreveu Plínio Ayrosa, ora sobre problemas lingüísticos relativos à língua tupi, ora sobre a influência do tupi no vocabulário corrente do Brasil, especialmente de São Paulo. Do volume *Términos tupis no português do Brasil*, o organizador destacou os verbetes "Caboclo", "Capoeira", "Colvara", "Mameluco" e "Muchirão". A seguir, foi escolhido o trabalho "Subsídios para o estudo da influência do tupi na fonologia portuguesa", publicado originalmente nos *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada* e, finalmente, considerando o difícil acesso dos estudiosos a assuntos pertinentes aos primeiros moradores do planalto paulista — valiosa contribuição ao ainda insolúvel problema dos índios "gualaná" — o Prof. Carlos Drumond julgou de interesse reeditar os artigos que Plínio Ayrosa publicou no jornal *O Estado de São Paulo* sob o título de "Tupi-guaranis e guaiaranás". "Escritos há aproximadamente trinta anos, observa o Prof. Drumond, é natural que algumas das assertivas ou idéias expostas pelo autor possam merecer reparos por parte de estudiosos do assunto, principalmente, supomos, no que diz respeito a influência do tupi na fonologia portuguesa, aspecto discutível e bastante controverso, ou no que concerne ao problema dos guaiaranás, pois todas as provas e argumentos até agora apresentados, tendo objeto resolver o problema da filiação lingüística destes índios do planalto paulista, não são de todo convincentes, a ponto de ainda não ser possível categóricamente afirmar-se se os guaiaranás pertenciam ou não à família tupi-guarani." — O. N. M.

**CASTELLO, José Aderaldo** — *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820/82*. Vol. I, tomo 1: "A Academia Brasílica dos Esquecidos". São Paulo, Conselho Estadual de Cultura (1969). 350 pp. (Coleção "Textos e Documentos").

Vem de longe o interesse do Professor José Aderaldo Castello pelo movimento academicista no Brasil colonial. Há mais de quinze anos vem realizando extensa pesquisa, em diversas regiões do país, e dela o primeiro resultado a aparecer é o